

# Câmara Municipal de Ibititá

Projetos de Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITÁ  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ Nº 13.715.057/0001-19

PROJETO DE LEI Nº 029, DE 01 DE SETEMBRO DE 2025.

**APROVADO**

EM: 12 / 09 / 2025

 PRESIDENTE  1º SECRETÁRIO

*“Dispõe sobre a dação em pagamento de bens móveis e imóveis para extinção do crédito tributário municipal e dá outras providências.”*

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBITITÁ, ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei regulamenta a dação em pagamento de bens móveis e imóveis como forma de extinção do crédito tributário municipal, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizadas ou não, nos termos do art. 156, inciso XI, do Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Caso o crédito que se pretenda extinguir seja objeto de discussão judicial, a dação em pagamento somente produzirá efeitos após a desistência da referida ação pelo devedor ou corresponsável e a renúncia do direito sobre o qual se funda a ação, devendo o devedor ou o corresponsável arcar com o pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios eventualmente devidos.

Art. 2º A dação em pagamento de bens móveis ou imóveis poderá ser admitida pela Fazenda Municipal como forma de extinção total ou parcial de crédito tributário, observados os requisitos e condições previstos nesta Lei.


## CAPÍTULO II DA DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS

Art. 3º A dação em pagamento de bens imóveis será admitida mediante:

I – avaliação prévia do bem por comissão ou perito designado pelo Poder Executivo, observados critérios de mercado;

II – inexistência de ônus, gravames ou litígios que comprometam a plena disponibilidade do bem;

III – regularidade documental, incluindo matrícula atualizada expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

IV – aprovação expressa do Prefeito Municipal. 

Praça Sidney Dourado Matos, 70 – Centro – Ibititá-BA – CEP: 44.960-000  
CNPJ nº 13.715.057/0001-19

# Câmara Municipal de Ibititá



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
CNPJ Nº 13.715.057/0001-19

Art. 4º O valor do imóvel será limitado ao montante da dívida consolidada, acrescida de juros, multa e demais encargos.

§ 1º Havendo diferença a maior em favor do contribuinte, não haverá restituição em pecúnia, facultada a utilização do excedente para quitação de outros débitos tributários.

§ 2º Havendo diferença a menor, o contribuinte deverá complementar em moeda corrente.

## **CAPÍTULO III** **DA DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS MÓVEIS**

Art. 5º A dação em pagamento de bens móveis poderá ser admitida desde que:

- I – haja interesse público devidamente justificado pelo órgão competente;
- II – o bem seja suscetível de uso pela Administração Pública;
- III – seja avaliado previamente, por comissão ou perito designado, em conformidade com critérios de mercado.

Art. 6º Aplicam-se à dação em pagamento de bens móveis, no que couber, as disposições relativas à dos bens imóveis, especialmente quanto à inexistência de ônus, gravames e à aprovação do Prefeito Municipal.

## **CAPÍTULO IV** **DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

Art. 7º Sem prejuízo de outras exigências estabelecidas em regulamento, o pedido de dação em pagamento será formalizado pelo contribuinte mediante requerimento administrativo instruído com:

- I – descrição do crédito tributário a ser quitado;
- II – documentação completa do bem ofertado;
- III – declaração expressa de que o bem está livre e desembaraçado de quaisquer ônus, acompanhada de documentação comprobatória.

Art. 8º Recebido o pedido, a Administração instaurará processo administrativo, no qual constarão:

- I – laudo de avaliação;
- II – parecer jurídico da Procuradoria do Município;
- III – manifestação do órgão fazendário quanto à conveniência e oportunidade.

Praça Sidney Dourado Matos, 70 – Centro – Ibititá-BA – CEP: 44.960-000  
CNPJ nº 13.715.057/0001-19

# Câmara Municipal de Ibititá



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
CNPJ Nº 13.715.057/0001-19

Art. 9º A homologação da dação em pagamento dependerá de despacho do Prefeito Municipal, após parecer da Procuradoria.

## **CAPÍTULO V** **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10. A transferência de bens imóveis em dação em pagamento será formalizada por escritura pública, às expensas do devedor, com posterior registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 11. O Município poderá regulamentar esta Lei por decreto, disciplinando detalhes procedimentais, formas de avaliação, composição da comissão avaliadora e demais medidas necessárias à sua fiel execução.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBITITÁ, ESTADO DA BAHIA, EM**  
**01 DE SETEMBRO DE 2025.**

  
**AFONSO FERREIRA MENDONÇA**  
Prefeito Municipal

Praça Sidney Dourado Matos, 70 – Centro – Ibititá-BA – CEP: 44.960-000  
CNPJ nº 13.715.057/0001-19